

Apresentação

O presente número da Revista CPC apresenta uma interessante confluência de artigos originados de diversos tipos de experiências efetivamente implantadas de preservação do patrimônio cultural – que, nesta edição, superam quantitativamente as contribuições relacionadas ao desenvolvimento de pesquisa acadêmica, aqui limitadas a um artigo voltado a tema até agora inédito na revista.

De fato, tendo por objeto de estudo a historiografia do mobiliário brasileiro do século XVIII, o artigo de Angela Brandão se enquadra muito bem nas palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade - citadas por ela mesma - sobre aqueles temas do patrimônio nacional que eram alvo de estudos sucessivos, enquanto outros continuavam “descurados e desconhecidos por completo, à espera da atenção dos investigadores”. Tal avaliação continua ainda, sob muito aspectos, bastante atual.

Por sua vez, as contribuições ligadas a iniciativas concretas – por assim dizer - de preservação do patrimônio cultural são bastante diversificadas.

O artigo de Carla Gisele Moraes e Paulina Ramalho apresenta as conclusões da primeira etapa da pesquisa “Diagnóstico e Cadastramento do Acervo Documental dos Centros de Informação de Boa Vista/RR”, empreendida pelo IPHAN – que, bem de acordo com seu nome, buscava avaliar as condições de funcionamento dos órgãos e instituições, públicas ou privadas, que cumprem esta função naquele estado. Da coleta de dados através de questionário e observação *in loco* resultou diagnóstico sobre a segurança, as condições de acondicionamento do acervo, as instalações físicas e os recursos materiais dos principais centros de documentação de Boa Vista. A par de apresentar a metodologia utilizada – que pode ser útil em situações análogas -, o trabalho discute a importância do uso social desses espaços, tanto para a preservação da história, da memória e do saber humanos, como para a difusão de conhecimento.

Problematizando a relação entre bens tangíveis e intangíveis, e suas repercussões na formulação de estratégias de gestão e de promoção cultural, o artigo de Carolina Soares enfoca a problemática em torno da noção de *patrimônio imaterial*, e propõe

uma postura integrada para a preservação dos bens culturais, privilegiando o desenvolvimento local como ferramenta de promoção cultural. Este é exatamente o caso da experiência da comunidade de Pedra Branca, município de Ipatinga – MG, que explicita o potencial de programas políticos aparentemente alheios ao campo cultural - como, por exemplo, o de subvenção pública à agricultura tradicional – na preservação dos modos de vida tradicionais e, por consequência, de seus suportes materiais e imateriais: seu patrimônio cultural, em suma.

O artigo de Flávia de Souza e Merilluce Weiers discute o impacto da introdução de atividades de educação patrimonial como estratégia de aproximação do público infantil dos espaços de memória. O relato da experiência do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, buscando estabelecer o contato entre crianças e o espaço patrimonial de forma sensível e interativa, sugere a importância da construção dessa relação afetiva na infância, contribuindo para a formação de um público adulto comprometido com as questões patrimoniais.

Marisa Hoirisch e Rosina Trevisan M. Ribeiro apresentam três intervenções de restauro nas estruturas de telhado de edificações oitocentistas cariocas. Ao relatar as intervenções em si – que recorreram a diferentes abordagens restaurativas para cada um dos casos -, o trabalho aponta uma situação que, embora seja usual entre nós, merece reflexão: a insuficiência das justificativas das respectivas escolhas operacionais, que deveriam ser sempre tomadas à luz das razões e dos objetivos da preservação e feitas como consequência da análise do objeto e de suas particularidades. Se a famosa expressão “cada caso é um caso” – quase um mantra, nos meios preservacionistas - é verdadeira, no que diz respeito às especificidades materiais e formais de cada bem cultural, é igualmente verdadeiro que a restauração é um campo disciplinar que possui princípios e critérios gerais, que – adequados às situações específicas – devem nortear o projeto de restauro como um todo. Os critérios que embasaram tal adequação – que demanda procedimentos operativos também específicos – deveriam ser sempre explicitados nas intervenções de restauro, especialmente quando se trata de obras públicas, de forma a contribuir para um debate mais categorizado sobre a questão, bem como para uma mais efetiva transmissão de nosso patrimônio às gerações futuras.

O número se conclui com a sensível descrição, feita por Luiz Cláudio Bittencourt, dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul – hoje correspondentes às cidades de São Miguel, São Borja, São Luís Gonzaga, Santo Ângelo, São Nicolau, São João e São Lourenço. Se as ruínas de São Miguel – por sua maior inteireza e legibilidade - são um destino turístico bastante conhecido, não se pode dizer o mesmo dos remanescentes situados nos demais municípios. Assim, o trabalho chama nossa atenção para um manancial de bens culturais do maior interesse, apropriados e ressignificados de diferentes formas, o que nos leva a refletir sobre o alcance efetivo das abordagens usuais de proteção ao patrimônio.

Este número nove da Revista CPC coincide com o final de gestão da atual Diretoria. Tendo tido o privilégio de acompanhar de perto sete de suas nove edições, é com satisfação que constatamos a consolidação de uma publicação de caráter científico – aliás prestes a ser incluída no Portal Sibi USP – voltada à complexa e instigante questão do patrimônio cultural. O presente número exemplifica muito bem o papel da revista como veículo para a divulgação de pesquisas, experiências e iniciativas que muito podem contribuir para o aprimoramento do trabalho de vários órgãos e instituições. Mas, ao exigir o envolvimento de especialistas em variadas áreas do conhecimento - seja como autores de trabalhos, seja como pareceristas analisando e contribuindo para o aprimoramento dos estudos de outrem, numa trama delicada de colaborações recíprocas - o significado e a contribuição de uma revista científica é muito mais abrangente. Todo este trabalho de bastidores, “invisível” aos olhos do leitor, constitui uma dimensão tão importante da Revista CPC para o aperfeiçoamento e aprofundamento das atividades multidisciplinares voltadas ao patrimônio cultural quanto a publicação dos trabalhos propriamente dita.

Assim, a todos os nossos colaboradores, nossos mais vivos agradecimentos.

Maria Lucia Bressan Pinheiro